


Rever conclusões
partir das questões
investigar

CIAC: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

93/II

9,0


por

Sérgio Fontes

Monografia apresentada à
Escola de Educação da
Universidade do Rio de Janeiro
como requisito parcial à obtenção de
aprovação em Monografia II

Rio de Janeiro/RJ
novembro de 1992

Dedico este trabalho à esposa WILMA e aos colegas,
professores e funcionários da Escola de Educação da UNI-RIO.

Agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização do presente estudo.

Quero externar, de coração, o agradecimento especial à professora GILDA MARIA GRUMBACH MENDONÇA pela assistência constante, pela profundidade de suas observações e por seu incentivo, sempre presente, no decorrer da elaboração desta monografia.

Feci quod potui, faciant meliora potentes.
(Fiz o que pude, façam melhor os que puderem)

".....
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta."
Luís de Camões. Os Lusíadas.
Canto 1º, 3ª estrofe, versos 7 e 8.

"Ao vencedor, as batatas."
Machado de Assis. Quincas Borba.

SUMÁRIO

Pág.

Capítulo	
1. O PROBLEMA.....	
Introdução	
Objetivos do Estudo	
Justificativa	
Delimitação do Problema	
Questões a Investigar	
Definição de Termos e de Abreviações	
2. METODOLOGIA.....	
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	
3.1. O Projeto Minha Gente	
3.2. A Proposta Pedagógica	
3.2.1. Alfabetização	
3.2.2. Salas de Estudo Dirigido	
3.2.3. Avaliação	
3.2.4. Material Pedagógica	
3.2.5. Recursos Humanos	
3.2.6. Biblioteca	
3.2.7. O Sistema de Teledifusão	
3.2.8. Animação Cultural	
3.2.9. Saúde	
3.2.10. Educação de Jovens	
3.3. Programa Setorial de Ação do Governo Collor	
3.4. Localização Geográfica	
3.4.1. Brasília	
3.4.2. Rio de Janeiro	
3.4.3. São Paulo	
3.5. CIAC Esportivo / CIAC Ecológico	
3.6. O Projeto Físico	
3.7. Os Custos Financeiros	
3.8. Documentação oficial que fundamenta as Diretrizes Gerais e Recomendações	
3.9. Tempo Integral: sim ou não	
3.10. Posições Contrárias / Posições a Favor	
3.11. Análise de Dados	
3.12. A Nova Política do Governo Itamar Franco	
3.13. Conclusão	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA

Introdução

O Brasil, a exemplo de outros países subdesenvolvidos, padece de inúmeros problemas, tais como: mortalidade infantil, analfabetismo, atraso científico e tecnológico, baixos salários, déficit habitacional, transporte urbano caótico, desemprego crônico, fisiologismo político, dívida externa, distribuição desigual da renda econômica, etc.

A educação, como não podia deixar de ser, também vai mal. De acordo com o Censo Demográfico de 1980 (GADOTTI, 1990)

das 23 milhões de crianças, com idade entre 7 e 14 anos, 33% (7,5 milhões) não frequentavam a escola e, das frequentavam, 27,6% (6,3 milhões) se encontravam defasadas em relação à idade. Significa que mais de 60% destas crianças não tem acesso ao ensino fundamental garantido pela Constituição (p. 166)

Estudos demonstram que a educação brasileira já alcançou níveis insuportáveis de desconsideração. Neste sentido, JAGUARIBE (1989:193 e 221) afirma que "a revolução educacional se concentra na universalização e no melhoramento qualitativo da educação básica. Mais adiante, este mesmo autor, diz que "torna-se necessário reavaliar, em profundidade, os rumos da nossa educação."

Não há, entretanto, fórmula mágica para reformar a educação brasileira. Sabe-se que uma boa educação é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No momento, a criação do CIAC se reveste de uma alternativa educacional, com a ampliação da jornada escolar, acrescida de alimentação, atendimento médico-dentário, uniforme, material escolar, esporte e lazer educativo. Esta alternativa parece apresentar uma proposta bastante inovadora.

Será que tal proposta resultará em melhoria educacional para o país?

Objetivos do Estudo

Os objetivos da presente monografia foram:

1. Verificar o nível de aceitação dos educadores acerca da proposta pedagógica do CIAC.
2. Analisar criticamente a proposta de implantação do CIAC, à luz dos depoimentos desses educadores.
3. Verificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis da proposta pedagógica do CIAC.

Justificativa

É amplamente aceita a idéia de que a escola pública tem fracassado porque trata de maneira igual crianças socialmente desiguais.

Deve ser uma preocupação da Escola Pública adequar-se à sua clientela para que realmente obtenha êxito. A aprendizagem ocorre quando o material a ser apreendido tem significado, isto é, quando faz sentido para aquele que aprende. E, ainda, há que se considerar outros fatores, como as possibilidades de acesso do aluno a outras fontes de cultura.

Com efeito, uma criança que convive com pais analfabetos, que não podem freqüentar cinema, teatro, que tem pouca estimulação ambiental, possivelmente apresentará dificuldades na aprendizagem escolar.

Uma tentativa de resgate da qualidade de ensino oferecido aos excluídos sociais consubstancia-se na escola pública de tempo integral, uma vez que a aprendizagem não pode resumir a duas ou a três horas de aula por dia. É muito pouco, sobretudo, para as crianças das classes menos favorecidas.

Desta forma, um estudo que procura avaliar a experiência do CIAC, além de atual, mostra-se, ao mesmo tempo, oportuno e relevante, na medida em que é, indubitavelmente, um capítulo à parte na educação brasileira contemporânea e, ainda, pode atender aos anseios da sociedade, como os citados anteriormente.

Delimitação do problema

Esta pesquisa monográfica se delimitou, quase tão somente, às matérias gerais veiculadas na imprensa diária, já

que inexistem, até o momento, dissertação de Mestrado, tese de Doutorado ou quaisquer outros trabalhos acadêmicos a respeito do CIAC.

Ademais, os raros e escassos artigos estão espalhados por revistas especializadas, ou não, de difícil acesso, dispendiosa comercialização e de distribuição irregular às livrarias.

Por fim, os poucos textos disponíveis, uns confidenciais, outros de circulação interna, que representam o pensamento oficial do MEC, são distribuídos nos gabinetes dos burocratas do alto escalão do Governo, não estando, por conseguinte, ao alcance do grande público.

Questões a investigar

1. Quais foram os benefícios ou malefícios da interferência político-governamental no CIAC?
2. Até que ponto a proposta pedagógica se constituiu numa ruptura com o modelo de escola pública dominante?
3. Foram viáveis os investimentos feitos do ponto de vista econômico? E do ponto de vista pedagógico?
4. Que segmento da sociedade, no caso específico dos professores, teve participação na implantação do CIAC?

Definição de Termos e de Abreviações

Termos e abreviações foram definidos da maneira que se segue:

Ano letivo. Período, independente ao ano civil, em que se realizam as atividades escolares.

Carga horária. Tempo previsto para aulas, séries, habilitações ou graus.

CIAC. Centro Integrado de Apoio à Criança.

Educação compensatória. A que visa compensar deficiências de alunos oriundos de meios tidos como desfavorecidos, do ponto de vista sócio-econômico e cultural.

Formação integral. A que se propõe a dar ao educando a possibilidade de realização plena como indivíduo, mediante o desenvolvimento das capacidades de pensar, sentir e agir.

MEC. Ministério da Educação.

Metodologia de ensino. Sistematização e racionalização do ensino, mediante métodos e técnicas de que se vale o professor para intervir no comportamento do educando, orientando-lhe a aprendizagem.

Período letivo. Tempo destinado ao desenvolvimento das atividades escolares. Período de trabalho escolar efetivo.

Recursos naturais. Recursos que abrangem espaço físico, equipamento, aparelhagem e material necessários à implantação de projetos e planos.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

O estudo utilizará a técnica da análise documental que, como diz ANDRÉ (1982:40), "contém informações preciosas para uma apreensão abrangente e profunda dos fenômenos estudados" e a pesquisa bibliográfica.

Para facilitar a posterior organização da bibliografia geral, providenciou-se, durante a fase da documentação, a organização de um fichário, contendo informações, tanto bibliográficas, quanto analíticas ou de conteúdo, sobre as fontes examinadas.

Foram consultados os acervos das bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

As matérias recolhidas são de jornais, como Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, O Dia, O Estado de S. Paulo e O Globo, entre outros.

CAPÍTULO 3

REVISÃO DE LITERATURA

3.1. O Projeto Minha Gente

Marcado pela improvisação, ausente de informações detalhadas, pouco difundido na comunidade educacional, o Projeto Minha Gente, instituído por Decreto de 14/05/91, compreende nove Programas Setoriais, a saber:

- Núcleo de Proteção à Criança e à Família
- Saúde e Cuidados Básicos da Criança
- Educação Escolar
- Esporte
- Cultura
- Creche e Pré-Escola
- Iniciação ao Trabalho
- Teleeducação
- Desenvolvimento Comunitário.

Depreende-se, pois, que o seu objetivo básico é desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente.

No entender de FERRETTI (1991:70 e 73):

O Projeto Minha Gente nada mais é do que um encaminhamento paliativo, pois deixa intocadas as causas efetivas da produção da pobreza e da disseminação de seus efeitos (...) inoperante e mistificador (...) é negativo(...) delinea-se como um sonho.

Por sua vez, PONT (1991:483) esclarece que

fica evidente que a proposta do Projeto Minha Gente não resiste a uma análise crítica dentro do quadro da educação brasileira (...) maneira improvisada e irresponsável.

Já o Centro Integrado de Atendimento à Criança (CIAC) é o "locus", ou seja, o espaço físico para o desenvolvimento da proposta efetiva. Teve a sua origem na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e não no Ministério da Educação (MEC), como era de se esperar.

Aliás, o CIAC, na opinião de KRAMER (1991:461)

situa-se na contramão da perspectiva da construção da democracia.

Contrário a essa idéia, o professor José Goldemberg assegura que o Governo Federal pretendeu, com o CIAC, romper uma tradição de omissão em matéria de ensino fundamental. Em outras palavras, o Estado tenta dar aos pobres o que os ricos compram com o dinheiro, que é a escola de tempo integral para seus filhos.

3.2. A Proposta Pedagógica

O MEC, com o concurso de alguns professores da Universidade de São Paulo (USP), elaborou um conjunto de diretrizes para o projeto pedagógico e o submeteu a um grupo de aproximadamente vinte eminentes educadores de todo o país. A pró-

pria USP, o SENAI, a Fundação Carlos Chagas, algumas Universidades Federais, determinados órgãos do MEC, o CNPq, o Conselho Federal de Educação (CFE), a ANPED (= Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) foram instituições representadas. Não houve, conseqüentemente, a participação da comunidade educacional em geral.

A professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, da Universidade Federal do Espírito Santo, em entrevista a imprensa, mostrou o seu inconformismo com o fato de "ter que adequar um projeto pedagógico a um prédio."

Ao que tudo indica, a construção do CIAC tem um forte vínculo político e eleitoreiro, haja vista a aliança de Collor com Leonel Brizola, principalmente quanto à liberação de vultosas verbas federais para o Rio de Janeiro.

Embora a proposta pedagógica prometa fazer da escola pública uma promotora efetiva da maior participação social das classes pobres, uma corrente de educadores julga o CIAC uma escola assistencialista e tecem violentas críticas no que diz respeito aos argumentos errôneos, equivocados e falaciosos ditados pelo Governo com o intuito de convencer a população da justeza da proposta do CIAC.

A seguir, os principais pontos:

3.2.1. Alfabetização

A alfabetização parte do princípio de que a percepção da funcionalidade da leitura e da escrita produz na crian-

ça o desejo de saber ler e de escrever.

A proposta de alfabetização no CIAC incorpora a escrita social presente no dia-a-dia dos alunos e reavalia a questão do erro, considerando-o etapa da construção do conhecimento.

É principalmente na utilização competente da língua que o aluno encontrará formas de atuar no seu contexto social de maneira crítica e transformadora.

Sem dúvida, a alfabetização é requisito indispensável para o exercício da cidadania.

3.2.2. Salas de Estudo Dirigido

Está previsto, no cotidiano do CIAC, um horário específico para que, em sistema de rodízio, todas as turmas frequentem as Salas de Estudo Dirigido.

Nelas, os alunos encontram exemplares de livros diversificados para consultas, mapas, enciclopédias, dicionários, textos de iniciação à leitura recreativa, informativa ou literária, revistas variadas, jogos educativos e blocos lógicos.

O objetivo básico é provocar a dúvida, levar os alunos a questionar, para que estes possam comprometer-se com sua própria participação, construir-se enquanto cidadãos.

3.2.3. Material Pedagógico

A Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Estado do Rio de Janeiro elaborou as séries Informação Pedagógica, sob forma de boletim mensal, composto de vinte fascículos, e Ler e Escrever, para uso dos alunos.

Esses materiais se prestam tanto à educação da criança quanto à promoção do crescimento profissional dos envolvidos no processo educativo - notadamente os professores.

3.2.4. Avaliação

É um processo participativo no qual professores e alunos se auto-avaliam e se avaliam mutuamente. A avaliação é permanente, democrática e coletiva.

A progressão contínua, por exemplo, assegura ao aluno o acesso anual ao nível seguinte, em turma especialmente atendida, segundo sua necessidade, acabando-se com as reprovações indiscriminadas.

Tudo é avaliado: os conteúdos, a metodologia, o aluno e o professor. A avaliação deixa de ser uma forma de controle para ser uma realização conjunta e permanente, com a finalidade de se modificar o que for preciso e manter aquilo que vem dando certo.

3.2.5. Recursos Humanos

O Ministério da Educação (MEC), com apoio técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), começou, em março de 1992, a treinar futuros administradores para o CIAC.

Os pré-requisitos que os interessados devem possuir para participarem do treinamento são:

- a) curso superior;
- b) experiência em Administração Educacional;
- c) aprovação em concurso público;
- d) indicação pela Secretaria de Educação local.

Na primeira fase do curso (de 09 a 21/03/92), com um custo de Cr\$ 12.000.000,00 na compra de material, serão treinados vinte e cinco gerentes para o Rio de Janeiro e Brasília. O estágio tem a duração de 260 horas.

O MEC pretende treinar, até 1995, cerca de 4.000 diretores.

3.2.6. Biblioteca

Longe de constituir mero depósito de livros, a biblioteca é, sem dúvida, um valioso instrumento pedagógico porque coloca os alunos em contato com o patrimônio cultural.

O acervo, selecionado por uma equipe de pedagogos, possui mais de 1.000 títulos, dos mais variados temas, com ên-

fase na literatura infanto-juvenil. Conta, inclusive, com uma gibiteca.

A biblioteca, aberta à comunidade, é um espaço claro, atraente e estimulante; enfim, um centro ativo de aprendizagem, cujas atividades educacionais de incentivo à leitura, ao lado da disseminação de informações, contribuem para o enriquecimento intelectual dos alunos.

3.2.7. O sistema de teledifusão

Tem o objetivo de oferecer uma diversidade de programas educativos e culturais, já que sabidamente a televisão pode e deve ser, com grande possibilidade de êxito, um veículo de comunicação a serviço da educação.

Tais programas são gravados em videocassete, de forma a permitir que cada escola forme a sua própria videoteca, com farto material, capaz de atender a diferentes objetivos.

Alguns cuidados devem ser observados na exibição do vídeo em sala de aula. São os seguintes:

- não basta saber apenas o conteúdo do vídeo. É preciso estar atualizado sobre pedagogia e didática para melhor explorar as possibilidades do aprendizado;
- usar a criatividade e procurar inovar sempre na escolha dos temas;
- o professor deve assistir ao vídeo antes de passar na sala, para definir qual o objetivo e o sentido pedagógico do filme.

3.2.8. Animação Cultural

O animador cultural é um elo de comunicação com a comunidade. Um fator de integração.

Ele promove o resgate da herança cultural brasileira, tendo como ponto de partida o fazer da comunidade e suas manifestações. Traz para dentro da escola a vivência do real, do imaginário, da emoção, enquanto expressões culturais vivas da comunidade em que a escola está inserida.

Produzindo e divulgando eventos, o animador também fornece a parcelas consideráveis da população o instrumental necessário para o acesso ao universo letrado e contribui para a construção de um Brasil novo, no qual a cultura seja parte integrante do cotidiano da população.

3.2.9. Saúde

O CIAC oferece serviços médicos às crianças e suas famílias. Vale assinalar a importância do serviço de higiene, que procura fazer de cada aluno um agente disseminador de noções de limpeza e prevenção de doenças, em seu lar e em sua comunidade.

O Programa de Saúde não se restringe ao atendimento médico-odontológico, mas pressupõe a inserção da consciência da saúde no processo educacional.

3.2.10. Educação de Jovens

A proposta de Educação Juvenil visa ao atendimento de jovens de 14 aos 22 anos, tendo como objetivo o resgate social dessa clientela, através de uma prática político-pedagógica coerente com as suas necessidades e respeitando os seus valores.

A Educação Juvenil mostra a escola para os jovens, do período noturno, como um espaço onde eles são respeitados, compreendidos e atendidos no trimônio de Saúde, Cultura e Educação.

3.3. Programa Setorial de Ação do Governo Collor

Na tentativa da busca do entendimento nacional, sobretudo com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal, o então presidente Fernando Collor apresentou, em dezembro de 1990, a lideranças políticas e empresariais, o Programa de Metas do Governo para o período de 1992-95, considerado o primeiro documento oficial da política educacional da Nova República.

A exemplo do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), caracterizou-se pela propaganda espalhafatosa no rádio, no jornal e na televisão.

Ao invés de definir, com objetividade, quais eram as prioridades governamentais, o citado Programa elencou projetos

para o meio-ambiente, economia, ciência e tecnologia, agricultura, reforma agrária e infra-estrutura, num estilo capenga e desprovido de objetividade. No caso da educação, não especificou em quais níveis de ensino se concentravam as atenções do Governo Federal. Além do mais, no diagnóstico da situação atual o documento enfatizou, entre outros itens:

"a) garantia do atendimento em creches e pré-escolas a 50% das crianças carentes até os 6 anos de idade;

.....

b) implantação de 4.000 CIACs, com jornada integral de ensino." (grifo nosso).

Conforme pondera CUNHA (1990:137)

os setores envolvidos com a atuação do Plano não participaram de sua elaboração, em bora venham a sofrer com as conseqüências dos programas dele integrantes, bem como das suas omissões e dissimulações.

3.4. Localização geográfica

3.4.1. Brasília

Na capital do Brasil foram construídos dois CIACs: o Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, na Vila Paranoá, e o Anísio Teixeira, na cidade-satélite de Ceilândia. Ambos tem capacidade para 360 alunos, que passam oito horas diárias entre aulas, esporte e atividades culturais.

O CIAC brasileiro tem 14,5 m² de área construída. Possui 12 salas de aula, creche, berçário, dois refeitórios, três consultórios médicos, sala de teleeducação e de artes plásticas, duas quadras de esporte e um ginásio coberto.

3.4.2. Rio de Janeiro

A previsão é de que, em três anos, serão construídos 35 CIACs no Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro, de nome Tiradentes, está localizado no Parque da Boa Esperança, no Caju, e tem 4.560 m², 12 salas de aula para alunos do 1º grau, duas salas de estudos especiais (laboratórios), um ginásio de esportes, uma creche de 250 crianças até 6 anos, além de um núcleo de atenção à saúde (assistência médica preventiva, pré-natal e odontológica) e outro de proteção à criança e à família, para dar assistência a menores desamparados. Atenderá 300 crianças em tempo integral.

O primeiro CIAC da Baixada Fluminense, mais precisamente em Belford Roxo, leva o nome de D^a Darcy Vargas. Construído num terreno de 13.000 m², ao custo de US\$ 1,5 milhão de dólares americanos, tem capacidade para 1.000 alunos.

3.4.3. São Paulo

Os cinco primeiros CIACs deverão ser construídos em Guarulhos, Carapicuíba, Parelheiros, região do ABC e zona leste.

O Governo pretende construir 50 CIACs em todo o Estado e mais 100 estão em estudos adiantados, somente faltando os locais para se adequar o número de salas de aula à demanda.

Ao todo, estão em funcionamento no país, 14 fábricas de argamassa armada. Afora São Paulo, existe uma fábrica operando nas cidades de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Lajes (SC), Mossoró (RN), Varginha (MG) e Brasília.

3.5. CIAC Esportivo / CIAC Ecológico

Trata-se de um complexo arquitetônico dotado de centro de preparação de atletas de nível internacional, mas que futuramente funcionará também em regime de internato, com cursos secundários e treinamento profissional para a juventude.

Está sediado em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e equivale, em tamanho, a 5 ou 6 CIACs convencionais. Terá alojamento para 12 meninos e 12 meninas, que não estarão dentro da escola, mas receberão refeições e ensinamentos profissionais.

Já o CIAC Ecológico Euclides da Cunha localiza-se próximo à favela do Rio das Pedras, em Jacarepaguá. Foi inaugurado em 01/06/92. Sediou a Exposição sobre Meio-Ambiente, Conservação de Energia e Educação, organizada pelo Grupo de Trabalho Nacional (GTN) para a ECO-92, que foi uma Conferência Mundial patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O projeto do CIAC Ecológico prevê:

- aproveitamento de energia elétrica;
- sistema de coleta seletiva de lixo para reciclagem;
- plantação de mudas de árvores nativas;
- mini-horto florestal com 800 mudas de pau-brasil;
- horta comunitária para produção de alimentos usados na merenda escolar.

Serão oferecidas 600 vagas, de 1ª a 4ª séries.

3.6. O Projeto Físico

Cada CIAC, pelo projeto original, deve ter, em média, 4.500 m² de área construída, num terreno de 16.000 m², divididos entre 12 salas de aula, com capacidade para 40 alunos de 1ª a 8ª séries, biblioteca, uma sala polivalente, onde ficariam os laboratórios de Ciências, cozinha, refeitório, sete banheiros, ginásio coberto (com quadras de vôlei, futebol de salão e basquete), um campo de futebol e um teatro de arena.

Mudanças programadas pelo MEC prevêem a adaptação do projeto às condições de cada região. Para diminuir os gastos com deslocamento de material de uma região para outra, os CIACs serão construídos com matérias-primas locais. Os da Região Amazônica, por exemplo, terão menos argamassa armada e mais madeira e tijolos, materiais produzidos lá mesmo.

Os novos CIACs terão biblioteca menor - o tamanho de 400 m² foi considerado um exagero pelos engenheiros -, enquanto o número de salas passa das 12 do projeto original para 24. A cobertura dos ginásios não será mais de cimento e sim de material metálico, com redução de custos de 30%, mais ou menos.

3.7. Os Custos Financeiros

Cada metro quadrado de um CIAC, que tem capacidade para atender cerca de 1.000 alunos, custa, aproximadamente, US\$ 220. O custo de uma criança está estimado em cerca de US\$ 500 por ano. Estima-se em US\$ 1,2 milhão o preço de cada CIAC.

A proposta orçamentária para 1992, menor do que a do exercício de 1991, quando não houve dotação prevista para o Projeto Minha Gente, destinou o montante de Cr\$ 346.800 bilhões (valores de abril/91), para construção de 942 unidades, através das seguintes fontes: MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Ação Social e Ministério da Saúde.

Vale salientar que nos custos dos CIACs não estão representados itens que entram no cálculo do custo-benefício, quais sejam, terreno, equipamentos, acervo bibliográfico, programas de treinamento de recursos humanos, etc.

Conforme afirmou o professor José A. Pinotti, em entrevista (revista Isto É, edição nº 1.198, de 16/09/92),

o programa dos CIACs favoreceu, em primeiro lugar, o lucro dos empreiteiros. Privilegiou a Engenharia em detrimento da Pedagogia.

PONT (1991:482), depois de levantar a questão: "Como e quem assumirá a manutenção dos CIACs?", pondera a atual "dificuldade de endividamento em que se encontra a maioria dos Estados e Municípios."

3.8. Documentação Oficial que fundamenta as Diretrizes Gerais e Recomendações

A Portaria nº 2.134, de 13/11/91, do MEC, assinada pelo ministro da Educação, se divide em duas partes: uma conceitual e outra de diretrizes gerais e recomendações para a formulação de projetos pedagógicos dos CIACs.

O discurso oficial não explicita as fontes teóricas em que se apóia. Inexistem referências explicitamente demarcadas. Assim, para se chegar às concepções de educação que embasam esse discurso, é importante tentar reconstituí-lo e é certamente arriscado, porque determinados enfoques são apresentados de forma assaz genérica.

Na apresentação, o professor José Goldemberg afirma que "a iniciativa dos CIACs representa a esperança de um choque na escola pública de ensino fundamental." Em seguida, reconhece que "as questões de educação são residuais e derivadas; somente teriam soluções no âmbito de uma reordenação global da sociedade."

O documento estabelece, ainda, quatro diretrizes gerais, a saber:

- " I - Uma escola popular, autenticamente democrática, deve oferecer oportunidades educativas que só, escassa e eventualmente, existem fora do âmbito escolar para amplas camadas da população.
- II - A modernização da escola não pode significar a sua descaracterização como instituição ensinante.

III - As propostas pedagógicas não podem ser elaboradas em abstrato, mas para atender comunidades concretas e específicas.

IV - Os CIACs deverão organizar-se como experiências pedagógicas."

Quanto às recomendações, nove no total, estão distribuídas, como seguem:

- "1. Autonomia Escolar.
2. Conhecimento das Comunidades
3. Jornada Integral
4. Funcionamento Noturno
5. Administração Geral
6. Constituição da Equipe Escolar
7. Aperfeiçoamento do Magistério
8. Acompanhamento e Avaliação
9. Manutenção e Cooperação Internacional."

3.9. Tempo Integral: sim ou não

A extensão da jornada diária de trabalho escolar é uma batalha de remota data e que vem sendo, há muito tempo, objeto de calorosas discussões, ao longo da história da educação brasileira.

Coerente com as idéias dos Pioneiros da Escola Nova, em que ressaltavam o papel educativo da escola primária, voltada para a formação integral da personalidade do educando, Anísio Teixeira (1900-1971) conseguiu colocar em prática o seu sonho de proporcionar uma escola completa, gratuita para a população pobre.

Tratava-se de um sistema de tempo integral à criança, através da Escola-Classe e Escola Parque. Aquela com a fi-

nalidade de oferecer educação sistemática e esta, destinada a completar a tarefa da Escola-Classe, mediante o desenvolvimento físico, artístico e recreativo e sua iniciação ao trabalho. Os alunos tinham direito a uniforme, banho, merenda e atendimento médico-odontológico. Igual aos atuais CIACs.

A verdade é que, num país carente como o Brasil, é chegada a hora de reunir esforços no sentido de se repensar a construção de um projeto educacional (CIAC, talvez) que vise à sociedade brasileira e seu movimento em busca de identidade própria. Evidencia-se a escola de tempo integral como uma alternativa educacional à modificação social vigente.

É preciso, entretanto, ter em mente que ampliar as atividades educativas, exclusivamente em termos de tempo, sem a contrapartida de outras providências, pode redundar apenas em mais fracasso escolar, mais cansaço, irritação e ineficiência do professor, frustração de expectativas dos pais e martírio para as crianças.

Nesse particular, BONITATIBUS (1991:146) observa que:

(...) devemos investir, prioritariamente, mas sim na garantia de melhores condições ao trabalho que se realiza no interior da escola, na elevação dos padrões de ensino-aprendizagem, na melhor remuneração e estímulo ao aperfeiçoamento docente e no efetivo envolvimento das famílias, nas atividades escolares de seus filhos.

POLI (1987), citado por MIGNOT (1989:55), defende a escola de tempo integral com o argumento de que:

o ambiente em que nasce a criança da camada escolar não oferece os estímulos e condições indispensáveis para o sucesso escolar. A escola deve compensar as falhas, dando às crianças o que lhes falta. Isto só será viável numa nova escola. Numa escola em que a criança permaneça por mais tempo.

Argumentam PARO e outros (1988:226) ser preciso

que a extensão seja considerada não apenas em termos de acréscimo do período diário de atendimento, mas também em termos de provimento das condições necessárias ao adequado funcionamento da escola.

3.10. Posições Contrárias / Posições a Favor

- "Vou votar contra o projeto dos CIACs (...) Não é um projeto de educação (...) é apenas ganância federal (...). Afinal, são cinco bilhões de dólares."
Sandra Cavalcanti - Deputada Federal (PFL/RJ)
O Globo - 14/10/91.
- "A educação é questão de alta prioridade e urgência. Mas um voto pelos CIACs está longe de ser um voto a favor da educação."
O Globo - Editorial de 26/09/91.
- "Educação é muito mais que prédios. De nada adianta construir sem garantir o funcionamento."
Murílio Hingel - ministro da Educação
O Globo - 16/10/92 - p. 15
- "(...) os riscos de desperdício envolvidos no Projeto Minha Gente dos CIACs. (...) não se ouviu nenhuma palavra acerca do funcionamento. Sua estrutura, o pessoal envolvido, a sua qualificação, os custos, a responsabilidade futura pelo funcionamento. Nada."
César Maia - Deputado Federal (PMDB/RJ)
O Globo - 09/06/91.
- "Isso (CIAC) serve para tudo, menos para resolver o problema da educação."
Sérgio Costa Ribeiro - Pesquisador no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)
Folha Dirigida - 09 a 15/07/92 - p. 20.

- "A construção dos CIEPs e CIACs não passa de pedagogia do concreto. É preciso investir na formação dos professores e remunerá-los melhor."
Celso Niskier - Diretor da Faculdade Carioca de Informática
Folha Dirigida - 23 a 29/07/92 - p. 22.
- "Os CIACs são bem construídos, mas a sua política educacional e sua filosofia assistencial estão erradas e eu divirjo delas inteiramente."
Suely Mendes - Presidente do Conselho da Mulher Executiva, da Associação Comercial do Rio de Janeiro
Folha Dirigida - 11 a 17/06/92 - p. 10.
- "Hoje, vejo preocupado que o projeto dos CIACs já não parece tão firme (...) Fico ainda mais preocupado quando verifico que, para além dos CIACs, não há nenhum projeto para a criança, para a educação, para a fundamentação do alicerce tecnológico indispensável para o real desenvolvimento do Brasil."
Fernando Lyra - Ministro da Justiça no Governo José Sarney
Jornal do Brasil - 12/10/91.
- "Em vez de o Governo estar propiciando esses Centros, deveria estar ajudando os Estados a melhorar os salários dos professores (...) O governo fez alarde em torno dos CIACs, enquanto o povo passa fome, não tem escola."
Antonio Carlos Magalhães - Governador da Bahia
O Globo - 03/06/92 - p. 5.
- "O Governo Brizola construiu CIEPs faraônicos que custam um bilhão de dólares, alguns estão parados (...) É a miséria da educação do senhor Brizola que, lamentavelmente, o presidente Collor imitou com os CIACs. Too bad."
Ibrahim Sued - Colunista Social
O Globo - 10/09/92 - Segundo Caderno - p. 2.
- "Os CIACs são a melhor opção que se produziu no país nas últimas décadas."
Alceni Guerra - Ministro da Saúde no Governo Collor
Jornal do Brasil - 19/10/91 - p. 11.
- "Os CIACs estão nascendo para fazer valer os direitos expressos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente."
Informe Publicitário do Ministério da Criança do Governo do Brasil
Revista Nova Escola nº 54 - dez./91.
- "Em resumo, os CIACs são projetos de amplo alcance social e devem resultar do esforço solidário de todos (...) O desafio é atender às crianças brasileiras carentes e resgatar a próxima geração de brasileiros da miséria social e cultural."
Carlos Garcia - Ministro Extraordinário da Criança no Governo Collor
Folha Dirigida - 27/08 a 02/09/92.

- "Se o Governo conseguir implantar os CIACs, o país deixará de aparecer aos olhos do mundo numa situação tão humilhante, tão vergonhosa como a atual."

João Calmon - Senador (PMDB/ES)

Jornal do Brasil - 15/03/92 - Informe Especial - p. 4.

- "Ficar contra os CIACs é como não aceitar a Santíssima Trindade."

José Goldemberg - Ministro da Educação no Governo Collor.

Jornal do Brasil - 01/0/92.

3.11. Análise de Dados

De um universo de dezesseis posições, dez são contrárias e o restante, as outras seis, encontram-se na posição a favor.

É interessante ressaltar que uma das declarações favoráveis apela para o sentimento religioso (é a última).

Sem dúvida alguma, estas são bastante genéricas e vagas. Por outro lado, as posições contrárias, em sua grande maioria, estão fundamentadas em opiniões balisadas.

Como consequência, infere-se que a comunidade educacional não aceitou, de bom grado, o projeto dos CIACs. Espera-se, pois, que o Governo ouça o clamor e rapidamente chegue a conclusão de que mudanças são necessárias e que a distância entre o real e o possível é, ainda, grande.

O CIAC é uma escola de primeiro mundo.

3.12. A Nova Política do Governo Itamar Franco

O ministro da Educação, Murílio Hingel, objetiva desacelerar o programa dos CIACs, por achar que ele não faz parte das prioridades do Governo Itamar Franco. Igualmente não pretende pedir verbas suplementares para cumprir a meta, uma vez que a suplementação orçamentária será dirigida para a recuperação das escolas do ensino fundamental, para as Universidades e para o financiamento do crédito educativo.

A par da estrondosa queda na arrecadação fiscal, há a suspeita, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de que os recursos para a construção dos CIACs tenham sido reservados, isto é, repassados de outros órgãos governamentais.

No momento, o governo trabalha com a previsão de construir, em 1993, apenas 400 CIACs, menos da metade do que havia sido programado. Além dos 17 CIACs já inaugurados, 189 estão em construção.

O titular da pasta do MEC tem dito insistentemente que "só vai dar prosseguimento ao CIAC quando ele se justificar plenamente."

3.13. Conclusão

O CIAC é, na verdade, a materialização de uma idéia bastante simples. De certa forma, nada tem a mais do que uma escola deve ter para ser completa.

A maioria da população se encontra em níveis absur-

dos de pobreza econômica e penúria social e uma escola de projeto grandioso que se proponha, em tese, a assegurar a todos o pleno desenvolvimento físico, mental e moral está em sintonia com que há de mais moderno e elevado em termos da teoria e da pesquisa educacional.

Com efeito, COSTA (1991:6) afirma que

o Brasil precisa de um esforço nacional de educação que se prolongue no tempo, e não de experimentos que fiquem à mercê dos caprichos de um ou de outro governante durante seu breve período de mandato.

Quaisquer propostas educacionais não podem deixar de dar prioridade, de fato, à universalização da escola, em termos de acesso, permanência e efetiva apropriação de parcela significativa do saber sistematizado para as amplas camadas de trabalhadores.

É urgente a construção de uma escola que, fugindo à tentação das construções modernas e caras, dos equipamentos e metodologias e técnicas sofisticadas, realmente ensine a todos as operações elementares.

Por fim, é de se esperar que o Governo repense seriamente o CIAC e mude, para melhor, a sua proposta pedagógica. Os envolvidos no processo devem ser ouvidos e suas opiniões, analisadas e, se aceitas, implementadas num curto espaço de tempo, já que a Educação pede pressa e o País precisa, urgentemente, ingressar na modernidade. Não dá mais para esperar.

A participação da sociedade na discussão do CIAC será um fato de enorme importância porque contribuirá para fazer avançar o processo de democratização da escola pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O uso da técnica de análise documental na pesquisa e na avaliação educacional. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, a. XI, n. 46, p. 40-45, maio/jun. 1982.
- BONITATIBUS, Suely Grant. Extensão da jornada escolar: uma (velha) questão em debate. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 17, n. 1 e 2, p. 128-147, jan./dez. 1991.
- BRASIL. Portaria nº 2134, de 13 de novembro de 1991. Diretrizes gerais e recomendações para a formulação de projetos pedagógicos de CIACs. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, ano CXXIX, n. 221, p. 25767-25768, 14 nov. 1991. Seção I, Parte I.
- CAVALCANTI, Sandra. CIAC, o manto do rei nu. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 1991.
- CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no Plano Collor: comentários sobre o Plano Setorial de Educação 1991-94. Educação & Sociedade. a. XI, n. 36, p. 134-138, ago. 1990.
- FERRETI, Celso João. Só a educação salva: o Projeto Minha Gente e a política educacional brasileira. Em aberto. Brasília, a. 10, n. 50 e 51, p. 65-73, abr./set. 1991.
- GADOTTI, Moacir. Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar. Petrópolis: Vozes, 1990. 205 p.
- GARCIA, Carlos. Os CIACs e as crianças. Folha Dirigida, Rio de Janeiro, 27 ago. a 02 set. 1992, Edição Especial.
- GOVERNO lança Programa de Metas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 abr. 1992.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil: reforma ou caos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 308 p.
- KRAMER, Sonia. CIACs: falácias, equívocos e tentações. Educação & Sociedade. a. XII, n. 40, p. 461-474, dez. 1991.
- LYRA, Fernando. CIACs: educação ou morte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 out. 1991.
- PARADA, Marcelo. Escolas de areia. IstoÉ. São Paulo, edição nº 1198, p. 5-7, 16 set. 1992.
- PARO, Vitor Henrique et alii. Escola de tempo integral: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez, 1988. 232 p.
- PONT, Raul. Projeto Minha Gente - CIACs. Educação & Sociedade. a. XII, n. 40, p. 475-485, dez. 1991.